

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS SÃO JOÃO DEL-REI

COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

Requerimento de Licença à/ao Adotante/Guarda Judicial e Prorrogação da Licença

DEFINIÇÃO

Requerimento pelo qual o(a) servidor(a) efetivo ou temporário solicita licença em função de adoção ou guarda judicial de criança pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias consecutivos. O servidor efetivo pode solicitar, ainda, a Prorrogação da Licença à Adotante por 60 (sessenta) dias.

Na situação de adoção por casal homoafetivo masculino ou feminino, em que ambos(as) são servidores públicos federais, é concedida Licença Paternidade a uma das partes e Licença à/ao Adotante à outra. No caso de adoção por casal heteroafetivo, em que ambos são servidores públicos federais, é concedida Licença Paternidade ao homem e Licença à Adotante à mulher. Para mais informações sobre a Licença Paternidade, favor verificar o requerimento específico desse tipo de licença.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

1. Requerimento preenchido pelo servidor;
2. Termo de Adoção ou Termo de Guarda e Responsabilidade.

INFORMAÇÕES GERAIS

1. A prorrogação da licença será concedida a partir do dia subsequente ao último dia do período inicial;
2. A Prorrogação da Licença à/ao Adotante pode ser entregue juntamente com o requerimento da concessão inicial;
3. É facultado ao servidor solicitar ou não a Prorrogação da Licença à/ao Adotante;
4. A prorrogação da licença deverá ser solicitada até o final do primeiro mês de Licença à/ao Adotante;
5. Não é possível a concessão de Licença à/ao Adotante a ambos os cônjuges/companheiros.
6. Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos. Dessa forma, não é possível obter a Licença à/ao Adotante/Guarda Judicial no caso de adoção de adolescentes com idade igual ou maior a 12 (doze) anos completos;

FLUXO OPERACIONAL

Etapa	Responsável	Procedimento
1	Servidor interessado	Preenche o formulário, anexa o termo e entrega à CGGP.
2	Coordenação Geral de Gestão de Pessoas	Confere o formulário e o termo. Caso esteja tudo correto, abre o processo e solicita a emissão de portaria de concessão ao Gabinete do Diretor-Geral.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS SÃO JOÃO DEL-REI

3	Gabinete do Diretor-Geral	Emite a portaria de concessão. O processo é devolvido à CGGP.
4	Coordenação Geral de Gestão de Pessoas	Cadastra a licença no SIAPEnet. Faz o acompanhamento da licença até sua finalização, quando arquiva o processo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1. [Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990;](#)
2. Art. 210 da [Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990;](#)
3. [Ofício-Circular n.º 3 SRH/MP, de 1º de fevereiro de 2002;](#)
4. [Decreto n.º 6.690, de 11 de dezembro de 2008;](#)
4. [Orientação Normativa n.º 2 SRH, de 23 de fevereiro de 2011;](#)
5. [Nota Técnica n.º 133 CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, de 28 de agosto de 2014;](#)
6. [Nota Técnica n.º 150 CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, de 06 de outubro de 2014;](#)
7. [Nota Técnica n.º 162 CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, de 03 de novembro de 2014;](#)
8. [Parecer n.º 3 CGU/AGU, de 12 de dezembro de 2016;](#)
9. [Ofício Circular n.º 14 SEGRT/MP, de 03 de fevereiro de 2017.](#)



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE
MINAS GERAIS – CAMPUS SÃO JOÃO DEL-REI

COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

Requerimento de Licença à/ao Adotante/Guarda Judicial

Eu, _____,
matrícula SIAPE _____, lotado(a) no setor _____
do *Campus* São João del-Rei, venho requerer, por meio deste, a concessão de **Licença à/ao Adotante** no período abaixo especificado, em função de adoção/guarda judicial de criança, conforme Art. 210 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Parecer n.º 003/2016/CGU/AGU e Termo de Adoção/Guarda Judicial em anexo.

Declaro que:

- I. meu cônjuge não solicitou ou solicitará a Licença à/ao Adotante/Guarda Judicial de órgão da Administração Pública Federal direta, autárquica ou fundacional;
- II. não exercerei qualquer atividade remunerada no período de licença, comprometendo-me a devolver ao erário público os prejuízos advindos de informações divergentes.

Período de Licença: ____/____/____ * a ____/____/____ (120 dias corridos).

* Data da adoção/guarda judicial.

Campus São João del-Rei, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) Servidor(a)



PROTOCOLO Recebi em ____/____/____. Ass.: _____



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE
MINAS GERAIS – CAMPUS SÃO JOÃO DEL-REI**

COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

**Requerimento de Prorrogação da Licença à/ao Adotante/Guarda
Judicial**

Eu, _____,
matrícula SIAPE _____, lotado(a) no setor _____,
venho requerer, por meio deste, a **Prorrogação da Licença à/ao Adotante**, de acordo com o
Parecer n.º 003/2016/CGU/AGU e Decreto n.º 6.690, de 11 de dezembro de 2008.

Declaro estar ciente do teor do referido decreto, bem como da impossibilidade, enquanto
usufruir do benefício, de exercer qualquer atividade remunerada, comprometendo-me a devolver ao
erário público os prejuízos advindos de informações divergentes.

Campus São João del-Rei, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) Servidor(a)